



Jornalismo Local: A Ética da Convicção e a Ética da Responsabilidade na Proximidade com as Fontes¹

Carla Algeri²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

O objetivo desse artigo é refletir sobre conceitos éticos e deontológicos da prática jornalística no jornalismo local, ou seja, veículos de comunicação de caráter empresarial e de circulação restrita a um território geográfico. Partiu-se da discussão suscitada por Weber (2008) e retomada por Cornu (1999) sobre a *ética da convicção* e a *ética da responsabilidade*, refletindo sobre esses conceitos a partir da problemática do relacionamento com as fontes. Foram entrevistados jornalistas de dois jornais locais catarinenses, o *Diário do Oeste Catarinense*, de Concórdia, e o *Diário do Iguçu*, de Chapecó.

Palavras-chave: Jornalismo; Jornalismo Local; Proximidade; Ética.

TEXTO

1. Introdução

Atuar em uma condição de proximidade em relação às fontes e ao público é um dos desafios de jornalistas locais, ou seja, aqueles profissionais de veículos de pequeno ou médio porte, restritos a regiões geográficas. Por isso, esse artigo reflete sobre as implicações éticas e deontológicas da atividade jornalística nesse cenário específico. Apresenta a discussão suscitada por Weber (2008) e retomada por Cornu (1999) acerca do papel político do jornalista, e centra a análise nos conceitos de *ética da responsabilidade* e *ética da convicção*. Pretende-se verificar como esses conceitos operam no tratamento com as fontes, a partir da própria visão de jornalistas de dois veículos de comunicação de Santa Catarina, o *Diário do Oeste Catarinense*, de Concórdia, e o *Diário do Iguçu*, de Chapecó, ambas cidades da região Oeste do Estado.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientador Francisco Karam. E-mail: carla140878@yahoo.com.br.



O jornalismo local foi escolhido como objeto empírico por representar um vasto campo profissional. Está presente em muitas cidades brasileiras, com jornais produzidos por empresas das mais diferentes origens. Por exemplo, em Santa Catarina, a Associação dos Diários do Interior (ADI/SC) reunia, em 2009, 21 jornais diários regionais, publicados nas regiões Norte, Sul, Vale do Itajaí, Litoral, Planalto Norte, Planalto Serrano, Meio Oeste e Oeste. Já a Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC) conta atualmente com 143 jornais associados, sendo semanários, bissetimanários, trissemanários e quinzenais. De acordo com a entidade, esses veículos têm uma tiragem média de 3 mil exemplares e circulam em praticamente todos os 293 municípios de Santa Catarina, em um total de 429 mil exemplares por edição. Se considerada a média de três leitores por exemplar, são mais de 1,2 milhão de leitores no Estado. Em âmbito nacional, a Associação Brasileira dos Jornais do Interior (ADI/Brasil), em 2002, representava 72 jornais nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com uma tiragem média de 600 mil exemplares.

Na primeira parte, apresenta-se uma reflexão teórica sobre as implicações éticas visão de Weber (2008) e Cornu (1999), bem como o conceito de *comunidade interpretativa transnacional* de Traquina (2005) e Zelizer (1993). Também são apresentados estudos sobre características inerentes ao jornalismo local e a operação do conceito de proximidade. Na segunda parte, são analisadas as entrevistas com os jornalistas dos dois jornais pesquisados.

1.1 A configuração da imprensa local, seu papel e ética próprios

Quando se pensa no exercício profissional do jornalista, aponta-se a conduta ética em toda a sua atividade, independente do veículo, meio ou função onde atua. Como defende Daniel Cornu (1999), “o agir do jornalista deve ser guiado por uma deontologia que integre a sua plena dimensão ética, uma deontica como instância fundadora e crítica”³, ou, segundo ele, “a responsabilidade do jornalista é, antes de tudo, para com o público, pelo direito deste último a ser informado”⁴. Entretanto, o compromisso com o público esbarra em outros “compromissos”, diretamente ligados ao exercício da profissão, como os interesses do editor, da organização jornalística, dos

³ CORNU, 1999, p.131.

⁴ Cornu, *ibid*, p.382.



anunciantes, dos poderes políticos eventualmente ligados ao veículo de comunicação, além dos próprios constrangimentos da produção de notícias, como tempo e recursos.

Cornu (1999) cita a informação jornalística como uma das funções reconhecidas aos meios de comunicação de massa e que faz deles fatores de coesão social: “ela contribui, numa dada sociedade, para criar um sentimento de pertença. Incumbe-lhe por isso assumir o conjunto das interrogações, das esperanças, das preocupações que emanam da coletividade, pô-las à consideração de todos, para que obtenham respostas”⁵. O autor ressalta a “vocação política” do jornalista, expressão cunhada por Max Weber (2008), sem a qual a atividade perde sua legitimidade e motivação, com o risco de atender apenas às vocações mercadológicas e de entretenimento⁶. Também faz a distinção entre a *ética de responsabilidade* e a *ética de convicção*. Para Cornu (1999),

No campo da informação, esta distinção é útil, porquanto opera a separação entre um jornalismo de convicção, preocupado com a única missão de dizer, e um jornalismo de responsabilidade, que relacionaria a informação com as consequências da sua difusão, em particular com as suas repercussões sobre a vida física e a integridade moral das pessoas⁷.

Assim, se a responsabilidade do jornalista é com a informação do público, até que ponto o jornalista deve dizer tudo, sobre quais assuntos ele deveria dizer tudo, e como poderia avaliar as consequências da divulgação da informação para a vida das pessoas? “Weber não quer dizer que o moralista da responsabilidade não tem convicções, nem que o moralista da convicção não tem sentido das responsabilidades”, afirma Cornu⁸. Tanto um como o outro podem levar a distorções. A opção pela *ética da convicção* pode levar à intolerância, à inquisição e ao entreguismo. Já a *ética da responsabilidade* pode “levar a justificar um uso utilitarista da razão com objetivos de sucesso, com a razão de Estado, com a mentira”⁹. Do mesmo modo, Weber (2008) considera que “o senso de responsabilidade do jornalista honrado em nada é inferior ao de qualquer outro intelectual”¹⁰, ressaltando o aspecto científico e ao mesmo tempo criativo do jornalismo, o que coloca o jornalista ao mesmo nível do cientista. Também

⁵ Cornu, *ibid*, p.381.

⁶ Cornu, *loc. Cit*.

⁷ Cornu, *op. cit*, p.383.

⁸ Cornu, *loc. Cit*.

⁹ Cornu, *loc. Cit*.

¹⁰ WEBER, 2008, p.80.



fala da paixão que deve nortear o exercício profissional a serviço de uma causa, aliada à modéstia no agir.

Considerando o jornalista um ser político, Cornu (1999) coloca este profissional na antecâmara da ação política, apenas como um intérprete da realidade, nunca um agente, um ator social. O jornalista é o representante de um quarto poder, sem a legitimidade dada por uma eleição. Seu poder lhe é conferido pela audiência, pela tiragem do jornal, pela aceitação do público, enfim, pelo prestígio profissional. “Weber atribui o dever de verdade, como dever incondicional, à ‘ética absoluta’. Por outras palavras, a uma *ética de convicção*, da qual parece dispensar o homem político”¹¹. Ainda de acordo com o autor, a posição política do jornalista não implica sua atuação política, mas uma “ação de exterioridade”, como um observador do real.

Já Traquina (2005) confirma que os jornalistas formam uma *comunidade interpretativa transnacional*¹² ao compartilhar valores-notícia e uma cultura profissional semelhantes. Para ele, os jornalistas também compartilham mitos, símbolos e heróis e as definições comuns acerca do exercício profissional, como “servidores do público”, “cães de guarda”, membros de um “quarto poder”, “vigia dos outros poderes”, ou “herói do sistema democrático”. “Com o desenvolvimento do ‘direito à informação’ como norma numa democracia, o jornalista foi reconhecido como sendo o agente social que tem como missão ‘informar o público’. Com essa legitimidade social, o profissional da imprensa é apresentado como guardião da democracia”¹³. Porém, é o próprio Traquina que questiona se a comunidade jornalística é, além de transnacional, também uma comunidade global, a partir do desenvolvimento tecnológico e a presença de empresas jornalísticas globais. É preciso perguntar-se em que pontos os valores e crenças universais da profissão são válidos para determinado grupo profissional, no caso analisado aqui, a imprensa local.

Sobre as crenças acerca da conduta profissional do jornalista local, Beatriz Dornelles (2004) extrai dos estatutos da Associação dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul (Adjori) a afirmação de que “o diretor e/ou o jornalista do periódico devem também participar ativamente de todas as atividades promovidas pela comunidade, ajudando a buscar soluções da forma como se fizer necessária”¹⁴. A autora

¹¹ Cornu, op. cit, p.387-388.

¹² Expressão cunhada por ZELIZER, Barbie. **Journalists as interpretive communities**. Critical Studies in Mass Communication, London, Routledge, v. 10, n. 3, p.219-237, set. 1993.

¹³ Traquina, ibid, p.52.

¹⁴ Dornelles, 2004, p.154.



explica ainda que os empresários aproveitam a demanda por informações locais e próximas à comunidade e a necessidade dos leitores de terem um espaço para suas reivindicações e denúncias, que não alcançam visibilidade em um jornal de grande porte. Define o jornalista do interior gaúcho como um líder comunitário, “respeitado e fortalecido pelas ações de outras lideranças e do próprio cidadão comum”¹⁵, e pontua a solidariedade e a amizade entre os jornalistas e suas comunidades, o que se reflete em um forte sentimento de vizinhança e bairrismo.

O fato de o jornalista ser conhecido e próximo da comunidade gera laços, e esses profissionais muitas vezes são convidados a participar da vida dos leitores, inclusive em atividades sociais como aniversários, festas, chás e eventos culturais. Dornelles (2004) acredita que o profissional deve estar presente em manifestações como audiências públicas, passeatas, protestos, tudo o que estiver relacionado com o interesse comunitário. Sobre a proximidade, a considera benéfica, mas ao mesmo tempo limitante: é ela que quase impossibilita o jornalismo investigativo no interior do Estado quando autoridades ou lideranças estão envolvidas em irregularidades, e que “os jornalistas preferem deixar este trabalho para os correspondentes de jornais da grande imprensa. Os detalhes só são divulgados após a condenação do réu por um Tribunal”¹⁶.

Moraes (2005), em um levantamento sobre a cobertura jornalística de um grande incêndio em Roraima¹⁷, observa “uma sensação de envolvimento na comunicação local, porém, não exatamente com a comunidade, mas com os poderes locais”¹⁸. A autora explica que não houve uma cobertura aprofundada sobre o assunto e muitas vezes deixaram de ser ouvidas, ou apareceram no noticiário poucas vezes, como os índios e outros moradores locais. Também pouca atenção foi dada às investigações sobre as causas do incêndio, detendo-se a cobertura quase exclusivamente a comunicados das fontes oficiais e previsão do tempo. As matérias mais investigativas ficaram a cargo de veículos de comunicação de abrangência nacional.

A partir das afirmações de Dornelles (2004) e Moraes (2005) pode-se pensar sobre o papel do jornalista na imprensa do interior, mais próxima aos leitores e forças políticas e econômicas. Se o jornalista participa ativamente da comunidade, tem ele ou não uma função política? Até que ponto a *ética da responsabilidade* deve prevalecer,

¹⁵ Dornelles, loc. Cit.

¹⁶ Dornelles, op. cit, p.156.

¹⁷ Incêndio ocorrido em florestas e campos de Roraima em 1998 ao qual a autora analisou a cobertura dispensada pelos jornais *Folha de Boa Vista* e *Brasil Norte*.

¹⁸ MORAES, 2005, p.96.



resguardando os valores da comunidade local, ou das forças políticas e econômicas locais?

Há que se pensar no ideal do jornalismo local e na sua realidade, com os veículos dependentes de poucas verbas publicitárias, o despreparo técnico, a falta de recursos e a proximidade com a política local, que muitas vezes o distanciam do ideal de “jornalismo voltado para a comunidade”. Fernandes (2003) afirma que o pequeno mercado anunciante local é um dos motivos que faz do jornalista refém dos poderes políticos e econômicos, sendo frequentes as ameaças de corte da publicidade.

A intimidação por parte das fontes, seja ela afetiva ou por coação, não é exclusiva aos profissionais do interior. Porém, nas pequenas localidades elas parecem ganhar mais força já que os produtores da notícia tem nome e endereço e é possível localizá-los na virada da esquina. O acesso a eles é direto, sem intermediários. Nos grandes diários, a distância geográfica, a complexa estrutura organizacional e o porte da empresa fazem com que a vítima de uma notícia errônea muitas vezes se perca no labirinto de hierarquias e se intimide no ímpeto de fazer sua reclamação¹⁹.

Breed (1980) relata os diferentes tipos de pressão sofridos pelas publicações jornalísticas, e questiona se é possível definir um padrão de “pressões” para a imprensa²⁰. Segundo o autor, algumas formas de pressão são mais acentuadas quando se trata de jornais de médio porte, como o interesse econômico. Também afirma que jornais com problemas financeiros são mais propensos a “abandonar” a objetividade. Observa também “obrigações recíprocas” entre o jornal e a cidade onde está localizado²¹. A comunidade local tem no jornal um suprimento de notícias, anúncios e entretenimento, enquanto coopera com o veículo de comunicação fornecendo informações sobre os acontecimentos locais. Executivos e jornalistas misturam-se aos demais cidadãos muito mais que em outras profissões, participando de clubes, igrejas e organizações comunitárias.

Instaura-se aí um conflito, quando o jornalista precisa publicar notícias, boas ou más, frequentemente sobre lideranças, e ainda assim ser aceito como membro da comunidade. Outra contradição nesse sentido, segundo Breed (1980), está na vantagem em “*being a good fellow*”, “ser um bom camarada” e conservar suas fontes, e por outro lado manter os preceitos jornalísticos de independência e objetividade. Um dos

¹⁹ FERNANDES, 2003, p.171.

²⁰ BREED, 1980, p.362.

²¹ Breed, *ibid*, p.366.



resultados desse paradoxo seria a discrição, a omissão ou distorções a favor de grupos da comunidade, ou uma política editorial mais “*soft*”²².

Há certo consenso entre alguns autores de que no jornalismo local os laços políticos tendem a ser mais fortes e a comprometer a informação de qualidade.

É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia. Claro que não se trata apenas de um problema da imprensa regional, mas nela parece que essas relações se tornam mais explícitas, justamente porque as possibilidades de confronto entre o fato e a sua versão, por parte do leitor, são mais fáceis de acontecer (PERUZZO, 2005, p.78).

No jornal local, especificamente, a independência e a atenção aos interesses da comunidade, enfim, aos interesses do público e a uma comunicação plural são deficitários por vários fatores, como a falta de estrutura econômica ou de profissionais qualificados, o que contribui para práticas como a falta de um jornalismo investigativo aprofundado, a publicação de *releases* na íntegra ou a dependência de fontes oficiais locais (FERNANDES, 2003, p.169).

Coelho (2003) considera os meios de comunicação como “auxiliadores na formação da opinião pública local”, e que devem se envolver diretamente nos temas tratados, buscar soluções, sem que isso signifique “o entrincheiramento do jornalista e do jornalismo à volta de uma causa” (COELHO, 2003, apud RIBEIRO, 2006, p.5). Camponez (2002) utiliza a expressão *jornalismo de proximidade* e destaca o papel da imprensa (e do jornalista) local em promover a vida democrática por meio da troca de ideias e da promoção da participação dos leitores no ambiente que os cerca. Pela particularidade de viver entre seu público, o jornalista local atua dentro de certas práticas específicas e, como pontuado anteriormente, muitas vezes substitui a função de *cão de guarda* pela de *porta-voz* da comunidade²³. O autor fala de uma *ética da proximidade* no jornalismo local. Para isso, utiliza expressões como a de Noël Copin, do serviço político do jornal francês *La Croix*: “não escrevo sobre alguém aquilo que não sou capaz de lhe dizer na cara”²⁴. Assim, pode-se conectar a imprensa local a uma *ética de responsabilidade*, de que fala Weber (2008), na qual o profissional se sente mais responsável por aquilo que diz, pode verificar e sofrer as consequências do que publica.

²² Breed, *ibid*, p.368.

²³ CAMPONEZ, 2002, p.275.

²⁴ Camponez, *ibid*, p.122.



Devido à proximidade de suas fontes, o jornalista local depara-se com um certo constrangimento em poder denunciar, investigar, publicar todas as informações que tem em mãos, e também na forma de zelar pelo “bom nome” dos cidadãos e manter um elo comunitário e de assistência.

A dificuldade em cobrir temas polêmicos, de investigar os poderes locais, em parte está associada ao despreparo profissional e à falta de recursos técnicos, mas também a uma responsabilidade exacerbada acerca do que pode ou não ser dito, uma extrema prudência em causar conflitos entre os poderes locais. Mais próximo das fontes e dos leitores, o repórter precisa pautar-se pelo que acredita ser importante para o leitor, equilibrando-o com o interesse de várias outras forças, quer seja do anunciante escasso, do político, do administrador público, dos donos do jornal, da concorrência, entre outros.

Observa-se ainda que, nos jornais de abrangência local, o jornalismo é retirado da “antecâmara da política” e colocado como atuante nos fatos, como defensor de causas comunitárias, inimigo ou, na maioria das vezes, aliado de forças políticas e econômicas locais. É o jornalista que participa de eventos comunitários não como mero observador, mas como uma liderança, uma voz ativa e inserida na comunidade. É por meio do jornal local que se defende o *jornalismo de causa*, a causa do local. Essa imprensa dá extrema importância às vitórias e destaques da vida local, e ao mesmo tempo em que pode ser tendenciosa a determinadas forças políticas, também pode apoiar todas as correntes de origem local ou com projetos de desenvolvimento para determinada região. É o jornalista que vai cobrir fatos que, na maioria das vezes, nunca chegariam à imprensa nacional ou mesmo regional.

João Carlos Correia (1997)²⁵ afirma que o jornalismo local segue dois caminhos: como uma instância de identidade local e reforço da identidade comunitária; e ao mesmo tempo uma “abertura para o mundo”, analisando sob a ótica local o que está em pauta na sociedade globalizada. Por isso é preciso olhar para esse jornalismo e ver suas características próprias. Não retirar-lhe a responsabilidade ética que norteia a profissão, o dever para com o público, mas reconhecer nele potencialidades, habilidades e deficiências ao tratar a territorialidade de forma tão específica²⁶. Em consonância com Correia (1997) propõe-se uma alternativa ao jornalismo local, que não a imitação de fórmulas da imprensa de massa. É na proximidade que se pode pensar em uma

²⁵ *apud* RIBEIRO, 2006, p.4

²⁶ Ribeiro, op. cit.



comunicação mais crítica e de interação dos cidadãos na busca por soluções para seus problemas locais. Para isso, faz-se necessário o investimento em profissionalização e modernização dessas empresas.

1.2 A proximidade, segundo os jornalistas

A pesquisa empírica para este artigo constitui-se em entrevistas presenciais e semiestruturadas com 14 jornalistas e três sócio-proprietários do *Diário do Oeste Catarinense* (DOC) e do *Diário do Iguaçu* (DI). Eles responderam questões sobre a atividade jornalística e a proximidade, rotinas de trabalho e o que acreditam ser o papel do jornalista.

Em uma das questões, procurou-se saber se os profissionais acreditavam haver uma maior responsabilidade sobre o que dizem, devido à proximidade destes com seu público de referência. Entre os entrevistados, 11 afirmaram acreditar que a responsabilidade do jornalista de jornais locais é a mesma que a dos demais profissionais, apesar de haver ressalvas como uma maior cobrança por parte do público, pelo fato de o profissional ser mais facilmente encontrado, ou, na palavra da repórter do DOC, Vânia de Souza, “estar mais perto para levar pedrada”. “A gente tenta fazer de forma responsável o trabalho que parece menor”, afirma o repórter do DI, Tiago Luiz Franz, referindo-se ao preconceito existente em relação a veículos de menor porte. Para três profissionais, a responsabilidade é maior, porque há um contato próximo com as fontes e, conseqüentemente, mais cobrança.

Perguntados sobre se a proximidade com as fontes é benéfica ou constrangedora, percebeu-se que as opiniões ficaram divididas. De 14 jornalistas e um proprietário de jornal que responderam a essa questão, seis disseram que a proximidade é benéfica, pois aumenta o contato com as fontes. Reconhecem, no entanto, a necessidade de haver limites. Dois consideraram a proximidade constrangedora. Para o repórter de Polícia do DI, Sandro Devens, é mais constrangedor, por exemplo, no caso de um assassinato, entrevistar a família da vítima, pois na maioria das vezes o jornalista conhece as pessoas. Outro jornalista relatou problemas com um amigo, sobre o qual teve que fazer uma matéria de denúncia. Sete ainda disseram que a proximidade das fontes pode ser tanto benéfica quanto constrangedora, dependendo da capacidade do jornalista em estabelecer limites.



Para o sócio-proprietário do DOC, Volnei de Souza, o público local torna-se mais crítico que o de um veículo maior por ter contato direto com os jornalistas, editores e até mesmo com os proprietários de veículos de comunicação. Relata que o setor comercial fechou contrato de anúncio com uma agência de acompanhantes, porém teve de rescindi-lo devido à pressão do público. Acredita que em jornais de maior circulação, a identificação dos leitores com o veículo de comunicação é menor, há menos conservadorismo e o público não tem tanto acesso aos tomadores de decisão. A pressão por parte dos leitores e anunciantes também chega à pauta, segundo Souza, desde a exigência para se publicar uma foto na coluna social ou uma matéria sobre um produto ou empresa, até pedidos para que algo não seja publicado.

Sobre o que deixaria de ser publicado no jornal, as respostas foram as mais diversas, como: fato sem interesse, suicídio, pauta fora do horário de fechamento, falta de espaço na edição ou matéria com dados incompletos. Há também a responsabilidade sobre a veracidade dos fatos e suas consequências. O repórter policial do DI, Daniel Souza Rodrigues, diz que recebe muitas denúncias de estupro, mas que na verdade não passam de intrigas de vizinhos, fato corriqueiro na região, segundo ele. Rodrigues observa uma mudança na atividade dos jornalistas: “antigamente, o jornalista era avaliado pelo número de processos. Para o pessoal mais antigo, era um orgulho estar sendo processado. Hoje não funciona assim (...) você publica besteira, em Polícia ou outra editoria, se você quiser, porque fonte tem”. Rodrigues observa uma mudança na postura dos profissionais da imprensa, mais preocupados com a responsabilidade dos seus atos perante o público. Com a facilidade de os jornalistas contatarem suas fontes e terem meios de confirmar dados, não há justificativa, segundo ele, para cometer erros de apuração²⁷.

Rodrigues afirma que recebe muitas reclamações quando deixa de publicar o nome de algum criminoso, pois as pessoas já sabem “quem fez o quê”, principalmente em casos de crime como tráfico, pedofilia ou violência sexual, que já foram alvo de comentários na cidade. A editora do DOC, Andréia Oliveira, explica que o jornal não tem como política publicar notícias sobre suicídios. No entanto, em alguns casos, quando envolvem pessoas conhecidas ou geram muitos comentários na cidade, o fato é noticiado, segundo ela, com o cuidado de manter a forma mais objetiva possível. Os

²⁷ Durante o 1º Seminário Brasil Argentina de Pesquisa e Investigação em Jornalismo – BAPIJOR, realizado em 9 e 10 de junho de 2011, em Florianópolis, o jornalista e professor Cláudio Tognolli, editor da revista Consultor Jurídico, informou que, em cinco anos, o número de jornalistas processados no Brasil passou de 2 mil para 5 mil, sendo o país campeão nesse tipo de processo.



depoimentos evidenciam a pressão política exercida sobre os jornalistas. Há, no entanto, que se destacar as implicações econômicas. A das fontes e pelo departamento comercial são queixas frequentes. “Já deixamos de veicular uma informação na última hora porque nos ligaram pedindo ‘por favor, não divulgue’. Envolvia outras pessoas, e a gente acaba fazendo isso para não se queimar com a própria fonte, para manter a relação e a harmonia”, revela a repórter do DOC, Rosilene Fochesatto.

Para 10 entrevistados, a dificuldade de os jornalistas do interior em realizar reportagens investigativas é maior. O principal motivo é o fator tempo e o número reduzido de profissionais. Os repórteres do DI afirmam que o jornal tem a maior equipe de repórteres da região Oeste, com 10 no total, mas ainda é difícil realizar reportagens que exijam mais tempo de investigação. Segundo Tiago Luiz Franz, do DI, são publicadas denúncias “prontas”, que partem da Justiça ou Ministério Público, por exemplo, mas não há iniciativas dos jornalistas em apurar denúncias exclusivas. Para a editora Lisiane Rodrigues seria necessário contratar um repórter apenas para matérias especiais. Já a repórter Karen Aline Perez, do DI, diz que as reportagens investigativas demandam mais recursos, e no interior é difícil convencer os empresários a investirem, além da resistência de muitas pessoas a conceder entrevistas. “As pessoas não conseguem perceber o valor de como isso (*o jornalismo*) pode ajudar a população”, argumenta. Apesar disso, esse é um fator que não parece incomodar os jornalistas de forma geral, pois já se consideram com uma estrutura adequada, dentro da realidade local. Infere-se, no entanto, que essa dificuldade pode estar ligada a questões de organização nas redações e distribuição de trabalho. Além do tempo e equipe maior para as matérias investigativas, esse tipo de apuração também envolve o controverso, o que não foi divulgado, ou seja, aquilo que os envolvidos não tem interesse que se torne público, o que se torna problemático de se alcançar quando as fontes estão tão próximas.

Outros fatores apontados por alguns entrevistados, mas que não são unanimidade, foram o constrangimento relacionado à proximidade, como o fato de o jornalista ser conhecido, e a pressão exercida sobre o profissional. O sócio-proprietário do DI, Volnei de Souza, afirma que “as pessoas conhecem o repórter e o intimidam”. Segundo ele, vários repórteres já receberam ameaças, desde processos judiciais até de cancelamento de assinatura ou de anúncio. “Porém, nunca tivemos um processo”, ressalta. Para dois jornalistas, a dificuldade em realizar reportagens investigativas é “a mesma” de qualquer outro jornal. Já para a repórter do DO, Rhayana Cordeiro, a



proximidade das fontes facilita a realização de matérias investigativas, pois é mais fácil contatar as pessoas envolvidas no fato.

O sócio-proprietário do DI, Ronaldo Roratto, vê uma dependência dos jornais menores em relação aos poderes públicos, pois muitas vezes esses são os principais anunciantes. Ele conta que quando o governador Luiz Henrique da Silveira foi processado por autopromoção com recursos públicos, o governo deixou de anunciar em jornais durante alguns meses, e como consequência vários jornais menores quase fecharam. “Na época, os anúncios do governo representavam 10% do nosso faturamento, mas chegava a 70% nos outros jornais menores. A coluna do Estado representa hoje menos de 1% do nosso faturamento”, afirma. Assim, questiona-se até que ponto os jornais do interior mantêm-se isentos dos interesses de seus principais anunciantes, se há pressão de quem anuncia, ou se o que opera é uma autocensura dos próprios profissionais.

Dos 14 entrevistados que comentaram a afirmação “o jornalista local é um porta-voz da comunidade”, 11 concordaram inteiramente. Além de publicar notícias de interesse da comunidade e de entidades locais, muitos deles acreditam que o papel do jornal local também é contribuir para educar as pessoas, levando informação útil e de alguma forma esclarecedora. “A pessoa que está lendo também está aprendendo. Temos que pensar nisso, em educar também, conscientizar”, afirma a repórter do DOC, Rosilene Forchesatto. Luiz Monticelli, também do DOC, conta que ele mesmo ou os repórteres visitam escolas no intuito de apresentar o jornal, e também explicar como a leitura de notícias locais pode interessar aos estudantes. Rodrigo Goulart, do DI, afirma que é “mania” do brasileiro ir atrás da imprensa para resolver seus problemas. Então, cabe ao jornalista ajudar. Para Tiago Franz, do DI, ouvir os diversos segmentos da comunidade denota credibilidade ao veículo.

Entre os que se colocaram contrários ou relativizaram a afirmação de que o jornalista é um porta-voz da comunidade, Rhayana Cordeiro, do DOC, afirma que, como a comunidade não faz muito contato com o jornalista, as informações acabam se restringindo ao poder público e a algumas entidades, como a associação dos municípios. Edna Mara Pedruzi, do DI, tem a mesma opinião. Afirma que as fontes oficiais prevalecem e que muitas vezes a população só é ouvida para comentar um fato ou outro. Para Bruno Pace Dori, do DI, defender a comunidade não deve ser o objetivo do jornalista local, mas sim relatar os fatos com imparcialidade.

1.3 Considerações finais

Verificou-se, durante as entrevistas, um modo de agir próprio dos jornalistas locais, bem como suas convicções, principalmente no que diz respeito à pressão resultante das fontes, anunciantes e leitores. Se a busca for por uma “classificação” entre *responsabilidade* e *convicção*, certamente a imprensa local se enquadraria no primeiro caso.

Observou-se uma imprensa por um lado “amarrada” aos interesses econômicos e políticos, pela escassez de mercado anunciante e pela configuração da política local. Ao mesmo tempo, encontrou-se jornalistas comprometidos com a comunidade. De maneira geral, observou-se profissionais preocupados com as consequências dos fatos divulgados, medo de sanções, como processos judiciais, muito decorrente do despreparo profissional e ainda da autocensura. A *ética de convicção* fica subentendida na divulgação de fatos oficiais, dos poderes públicos, quando o jornalista está condicionado a divulgar tudo o que vem dessas fontes, sem muita reflexão.

A maioria dos jornalistas entrevistados não acredita haver diferenciação entre a responsabilidade ética do jornal local e de veículos de maior porte. Os que acreditam haver, afirmaram que a proximidade de fontes e leitores obriga a um posicionamento mais cauteloso. Alguns consideram a proximidade benéfica, por ter um contato próximo e até de amizade com as fontes. Para outros é constrangedora, principalmente em pautas que representam denúncias e o negativo. É o dilema entre “*being a good fellow*”, um “camarada”, como diria Breed (1980) ou o “cão de guarda” da democracia, nas palavras de Traquina (2005). Ou se diz tudo, doa a quem doer, ou se mantém o bom relacionamento com fontes e público: esse parece ser o principal paradoxo da imprensa local.

Além da questão da proximidade das fontes, a dificuldade em realizar matérias investigativas está relacionada a questões de infraestrutura, como falta de material ou equipe reduzida. Os entrevistados reconhecem essas limitações e as consideram normais para veículos de pequeno porte. Essa atitude é avaliada como um entendimento das questões administrativas e de sustentação econômica da empresa. Por outro lado, pode ser vista como “conformismo”, como se o jornalismo local não pudesse ser melhor do que é, não enxergar um horizonte maior, mesmo dentro de um campo de atuação restrito.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ADI/SC. **Associação dos Diários do Interior (ADI)**. Florianópolis, mai. 2009. Disponível em <<http://www.adisc.com.br>>. Acesso em: 7 mai. 2009.

BAPIJOR - 1º Seminário Brasil Argentina de Pesquisa e Investigação em Jornalismo. **Indústria de ações: Brasil é campeão em jornalistas processados**. Disponível em: <<http://www.bapijor.ufsc.br>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

BREED, Warren. **The Newspaperman, news and society**. Columbia: Arno Press, 1980.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional**. Coimbra: Minerva, 2002.
Conheça a ADJORI. **Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI)**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.adjori.org.br>>. Acesso em: 7 mai. 2009.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo “comunitário” em cidades do interior – uma radiografia das empresas jornalísticas: administração, comercialização, edição e opinião dos leitores**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

FERNANDES, Mário Luiz. **A força do jornal do interior**. Itajaí: Univali, 2003.

MORAIS, Vângela Maria Isidoro de. A mídia impressa local: uma agenda de constrangimentos e motivações. **Comunicação & Sociedade**, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, v. 1, n. 38. São Bernardo do Campo: Umesp.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências**. **Comunicação & Sociedade**, Brasil, v. 1, n. 38, 2005. Disponível em: http://revistas.univerciencia.org/index.php/cs_umesp/article/view/196/154. Acessado em 01.dez.2009.

RIBEIRO, Luiza. **O poder dos meios: análise das condições de produção jornalística no Correio do Minho e Diário do Minho**. IX Congresso I BERCOM, 2006. Anais.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

ZELIZER, Barbie. **Journalists as interpretive communities**. *Critical Studies in Mass Communication*, v. 10, n. 3, Londres: Routledge, 1993.

Entrevistas:



CORDEIRO, Rhayana. Entrevista concedida à autora. Concórdia. Fevereiro de 2011.

DEVENZ, Sandro. Entrevista concedida à autora. Concórdia. Fev. 2011.

FOCHESATTO, Rosilene. Entrevista concedida à autora. Concórdia. Fev. 2011.

MONTICELLI, Luiz. Entrevista concedida à autora. Concórdia. Fev. 2011.

OLIVEIRA, Andréia. Entrevista concedida à autora. Concórdia. Fev. 2011.

SOUZA, Vânia de. Entrevista concedida à autora. Concórdia. Fev. 2011.

SOUZA, Volnei de. Entrevista concedida à autora. Concórdia. Fev. 2011.

CARDOSO, Lucimara Rozana. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.

DIAS, Carolina Lopes. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.

DORI, Bruno Pace. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.

FRANZ, Tiago Luiz. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.

GOULART, Rodrigo. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.

KERBES, Lisiane. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.

PEDRUZZI, Edina Mara. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.

PEREZ, Karen Aline. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.

RODRIGUES, Daniel Souza. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.

RORATTO, Ronaldo. Entrevista concedida à autora. Chapecó. Fev. 2011.